

A cidade e o patrimônio como mercadorias: interferências da indústria cultural na produção do espaço e em práticas de conservação urbana

The city and the cultural heritage as commodities: interferences of the cultural industry in spatial production and practices of urban conservation

La ciudad y el patrimonio como mercaderías: interferencias de la industria cultural en la producción del espacio y en prácticas de conservación urbana

Isabela Cristina de Assis Berg

Mestre e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Brasil
isabela.berg@gmail.com

RESUMO

O presente artigo visa contribuir com o debate sobre as ações da chamada "indústria cultural" em sítios patrimoniais, tendo por objetivo central avaliar seus efeitos sobre a produção e dinâmica do espaço urbano, bens culturais e a vida de comunidades locais. A metodologia adotada para sua elaboração contempla a seleção da cidade setecentista mineira de Tiradentes como objeto de estudo, conhecida hoje como um dos principais destinos turísticos do Estado, e da qual são apresentados dados sobre seu desenvolvimento urbano, aspectos demográficos e econômicos especialmente referentes às últimas cinco décadas - período em que passou por importantes transformações. Tem-se ainda, como parte da metodologia supracitada, a utilização de um *corpus* teórico multidisciplinar cujas contribuições são orientadas à formulação da crítica pretendida e à apresentação de proposições. Destacam-se aqui aquelas pertencentes ao âmbito da assim denominada "conservação integrada", consideradas potencialmente geradoras de um efetivo desenvolvimento sustentável para o sítio, inclusa a integralidade de seu patrimônio e de sua população.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria cultural. Patrimônio urbano. Conservação integrada

ABSTRACT

This article aims to contribute to the discussion on the actions promoted by the so-called "cultural industry" in heritage sites, having as its central objective to evaluate their effects on the production and dynamics of urban space, cultural assets and the life of local communities. The methodology adopted for its elaboration contemplates the selection of the eighteenth century site of Tiradentes as object of study - which is known today as one of the main tourist destinations of the State of Minas Gerais, in Brazil -, including the presentation of data about its urban development, demographic and economic aspects, especially referring to the last ones five decades - a period in which it underwent expressive transformations. There is also, as part of the methodology, the use of a multidisciplinary theoretical *corpus* whose contributions are oriented to the formulation of the intended criticism and the presentation of propositions. We highlight here those belonging to the so-called "integrated conservation", considered as a potential generator of effective sustainable development for the site, including the integrality of its heritage and its population.

KEYWORDS: Cultural industry. Urban heritage. Integrated conservation.

RESUMEN

Este artículo pretende contribuir con la discusión sobre las acciones de la así llamada "industria cultural" en sitios patrimoniales, teniendo como objetivo central la evaluación de los efectos generados sobre la producción y la dinámica del espacio urbano, bienes culturales e la vida de comunidades locales. La metodología utilizada para su elaboración comprende la selección del sitio del siglo XVIII de Tiradentes como su objeto de estudio - conocido actualmente como uno de los principales destinos turísticos del Estado de Minas Gerais, en Brasil -, de lo cual se presentan datos sobre su desarrollo urbano, aspectos demográficos y económicos especialmente referentes a las últimas cinco décadas - período en que sufrió importantes transformaciones. Hay, incluso, como parte de la metodología, la utilización de un *corpus* teórico multidisciplinario cuyas contribuciones son destinadas a la formulación de la crítica pretendida y la presentación de propuestas. Destacamos aquí aquellas relativas al ámbito de la "conservación integrada", consideradas potencialmente generadoras de un efectivo desarrollo sustentable para el sitio junto de la integralidad de su patrimonio y de su población.

PALABRAS-CLAVE: Industria cultural. Patrimonio urbano. Conservación integrada.

1 INTRODUÇÃO

Abordar a produção da cidade na contemporaneidade é uma tarefa de significativa complexidade. Não somente pelo envolvimento de diversos campos do saber com suas distintas concepções do conceito - as quais, mesmo somadas, não são capazes de defini-lo integralmente -; mas porque são também diversos os agentes envolvidos nesta produção e variados os seus interesses.

Se há algo, contudo, que pode ser tido como um consenso entre aqueles campos, talvez seja o fato de que há tempos a cidade passou a ser e hoje permanece sendo dominada pela ação do capital, que tudo intenta converter em mercadoria visando ao lucro e à acumulação. Deste modo, enquanto no Medievo a cidade configurava-se como o lugar propício às relações comerciais entre os burgos e o campo, hoje ela própria é produto a ser comercializado.

Passa-se algo semelhante com o patrimônio cultural - aqui representado sobretudo pelos núcleos urbanos antigos -, inserido neste processo de mercantilização através da ação da chamada "indústria cultural". Ressalta-se, inclusive, que em muitos casos é a conversão primeira deste patrimônio em objeto de consumo que conduz à mercantilização da cidade, através, por exemplo, do incentivo à exploração turística. Servindo-se, pois, do caso da cidade mineira de Tiradentes, dotada da dupla condição de patrimônio nacional e destino turístico de destaque, este trabalho dedica-se a discutir os processos da valorização capitalista do patrimônio e do espaço urbano, preocupando-se sobretudo com seus efeitos indesejados.

2 RELAÇÕES ENTRE INDÚSTRIA CULTURAL, PATRIMÔNIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

2.1 A apropriação capitalista da arte e da cultura: o surgimento da indústria cultural

O termo "indústria cultural" foi cunhado em meados do século XX por Theodor Adorno e Max Horkheimer para abordar a apropriação das artes erudita e popular pelo modo de produção capitalista e sua conseqüente conversão em mercadoria. Àquela época a arte começava a ser produzida segundo critérios definidos pela industrialização, como a padronização e a massificação através da difusão de reproduções.

Para os dois filósofos, a criação de um padrão estava relacionada, neste caso, à definição de uma estética ou modo de percepção que facilitasse a assimilação por parte dos indivíduos daquilo em que consistia a arte ou o gosto pela arte, induzindo-os por conseguinte ao consumo de determinados "produtos culturais". Filmes baseados em roteiros com tramas aclamadas pelo público e canções elaboradas a partir do que se difundia como o estilo "da moda" são exemplos comuns. Uma vez inseridos no gosto das massas, ajudavam então a constituir um tipo de ciclo vicioso: passavam a ser ostensivamente reproduzidos e vendidos pelo mercado, reforçando assim a apreciação popular que, por seu turno, ratificava e fortalecia as estratégias adotadas por esse mesmo mercado.

Do ponto de vista da análise de Adorno e Horkheimer, este processo de industrialização cultural trazia consigo o risco de perda do sentido da arte já que, ao impor uma maneira de consumi-la, roubaria dos indivíduos sua autonomia e capacidade crítica, dificultando-lhes a compreensão e assimilação do conteúdo expressivo das obras. Por outro lado, a própria noção daquilo em que consistia a arte tornava-se mais complexa: inserida na lógica industrial, uma produção poderia ser considerada artística de fato?

Para Walter Benjamin, a resposta seria negativa. O autor de "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", apesar de entender que a indústria cultural oferecia a vantagem da democratização da arte ao facilitar seu acesso pelas diversas camadas sociais - a exemplo da reprodução de fotografias de pinturas e monumentos que permitia a qualquer um conhecê-los sem a necessidade de visitá-los *in loco* -, considerava que esta reprodutibilidade retirava da obra sua "aura", entendida como "uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante por mais perto que ela esteja." (BENJAMIN, 1955, p. 3). Benjamin entendia também que a interferência de uma máquina no processo criativo destituía a fotografia, assim como o cinema, do caráter verdadeiramente artístico concedido, por outro lado, à pintura e ao teatro, já que, em se tratando destes últimos, por mais que as telas e peças fossem repetidas inúmeras vezes, seriam sempre reproduções únicas: os pintores e atores eram os próprios instrumentos no seu fazer artístico e os resultados se distinguiam por variações na emoção dos primeiros, na interação entre aqueles últimos, etc. (BENJAMIN, 1955).

Sem nos prestarmos a discutir seu posicionamento na perspectiva do campo artístico, mostra-se-nos válido, entretanto, transpor suas considerações ao campo patrimonial, onde podem desdobrar-se em importantes questionamentos: quais interferências o emprego de uma lógica industrial-comercial na lida com o patrimônio poderia causar à sua recepção e fruição por parte dos indivíduos? Ou antes: quais as consequências do emprego desta lógica na própria lida com o patrimônio? Façamos, antes, uma sucinta e oportuna recapitulação do processo de conversão dos sítios antigos - objetos de nosso especial interesse - em bens patrimoniais a fim de entendermos melhor sua posterior apropriação pelo modo de produção capitalista.

2.2 A inserção da cidade no campo patrimonial e as ambíguas estratégias de valorização dos bens culturais

O conceito de monumento histórico tal como o compreendemos atualmente delineou-se no *Quattrocento* renascentista. A admiração de artistas e humanistas pelas obras da Antiguidade junto a uma abordagem mais racionalizada do mundo àquele tempo favoreceu a integração do gosto pela arte com o interesse pelo estudo da história e permitiu, assim, uma nova interpretação dos edifícios, esculturas e pinturas clássicas. Somente no século XIX, entretanto, foram devidamente estruturadas as duas primeiras teorias de restauração: uma de viés racionalista, defendida pelo francês Viollet-le-Duc; outra de viés culturalista, defendida pelo inglês John Ruskin. Neste momento, porém, a atenção voltava-se exclusivamente a

monumentos e obras de arte, enquanto os núcleos urbanos antigos ainda não haviam sido propriamente inseridos nas discussões sobre preservação.

Até o século XIX [...] as monografias eruditas que descrevem as cidades só falam de seu espaço por intermédio dos monumentos, símbolos cuja importância varia segundo os autores e os séculos. Quanto aos estudos históricos, até a segunda metade do século XIX, eles se preocuparam com a cidade do ponto de vista de suas instituições jurídicas, políticas e religiosas, de suas estruturas econômicas e sociais; o espaço é o grande ausente. Fustel de Coulanges trata da *Cidade antiga* (1864) sem jamais evocar os lugares e os edifícios inseparáveis das instituições jurídicas e religiosas na Grécia e em Roma. H. Pirenne não é mais eloquente em *Les Villes du Moyen Age* (1939), sua obra maior sobre as origens do fenômeno urbano no Ocidente. De sua parte, a história da arquitetura ignora a cidade. Sitte nota, de forma pertinente, em 1889: 'Nem mesmo a história da arte, que trata dos vestígios mais insignificantes, reservou um lugar, mínimo que fosse, à construção das cidades'. (CHOAY, 2001, p. 178).

As contribuições para que essa inserção ocorresse vieram, contraditoriamente, das reformas urbanas europeias empreendidas no período pós-Revolução Industrial. A exemplo da intervenção de Haussmann em Paris em meados do século XIX, estas reformas visavam à promoção de melhorias em aspectos higienísticos, estéticos e de circulação. Contudo, causaram uma "perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares", sendo então "pelo efeito da diferença e, conforme a expressão de Pugin, por contraste, que a cidade antiga se torna objeto de investigação." (CHOAY, 2001, p. 179).

Ocorre, porém, que apesar de a cidade antiga haver adquirido nesse processo sua "identidade conceitual", termo usado por Françoise Choay, isto não se relacionava de imediato a uma noção de patrimônio urbano histórico e à criação de medidas de proteção, assim como a oposição entre as malhas nova e antiga não necessariamente implicava o desejo de conservação desta última. A criação do patrimônio urbano deu-se somente mais tarde, no princípio do século XX, com a contribuição de Gustavo Giovannoni. O engenheiro italiano, a quem também se deve a formulação de uma doutrina específica para a restauração e conservação dos núcleos urbanos e sua articulação aos novos tecidos, então

[...] atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território. A mudança de escala imposta ao meio construído pelo desenvolvimento da técnica [...] tem por corolário um novo modo de conservação dos conjuntos antigos, para a história, para a arte, para a vida presente. (CHOAY, 2001, p.194-195).

Os debates pela inserção de tais conjuntos na vida presente resultariam em relevantes contribuições ao campo patrimonial, pois, como citado acima, contrária à conservação puramente museal, segundo a qual os núcleos deveriam tender a um "congelamento", a lógica giovannoniana defendia que os mesmos fossem integrados à dinâmica urbana considerando-se sua condição simultânea de monumentos e de organismos vivos. Essa integração, no entanto, não tardaria a ser acompanhada por uma crescente valorização dos bens, a ser discutida aqui

não no sentido do desejável enaltecimento de seus valores históricos e artísticos, mas sim naquele relativo à atribuição de um valor financeiro. A indústria cultural seria a grande responsável pela exploração deste tipo de valorização e criaria, para tanto, uma verdadeira "engenharia cultural" dotada de estratégias próprias.

No rol dessas estratégias são de certo modo mais comuns e conhecidas as *mise-en-scène*, com seus espetáculos de luz e som, e as animações culturais, como é o caso de visitas guiadas em museus e o emprego de tecnologias que intermedeiam a relação do indivíduo com as obras. Incluem-se igualmente, com graus de interferência relativamente maiores, as intervenções de modernização, representadas pela inserção de acréscimos contemporâneos destinados a gerar maior atratividade para o bem patrimonial - podendo, por outro lado, gerar o efeito adverso da colocação deste em posição secundária - e a facilitação do acesso - que, não sendo exatamente promoção de acessibilidade, traduz-se em muitos casos na construção de equipamentos urbanos como estacionamentos e outros tipos de complementos que eventualmente desfiguram o entorno dos bens. Nesse sentido, devem ser lembradas sobretudo aquelas ações que consistem em verdadeiros "desvirtuamentos" das boas práticas de restauração e conservação, pois, colocando-se à parte das preocupações com as recomendações do *corpus* teórico patrimonial reconhecido e vinculadas a outros tipos de interesses, conduzem ora a reconstruções fantasiosas, ora a demolições arbitrárias; tudo sob o pretexto de configurar obras e cenários urbanos mais favoráveis à assimilação do gosto do público e, logo, ao consumo das massas. (CHOAY, 2001, p. 212-218).

A conversão em dinheiro, por fim, como o próprio nome indica é a face mais evidente da valorização patrimonial no sentido financeiro e desdobra-se, por exemplo, desde a locação dos monumentos para a realização de eventos diversos "à sua utilização como suporte publicitário, associando-os à venda de produtos de consumo em geral." (CHOAY, 2001, p. 218). Falamos aqui, pois, de uma gama realmente diversa de produtos: sejam bebidas, itens de vestuário, pacotes de viagem, lugares para se viver.

2.3 O turismo e o *city marketing* como agentes da indústria cultural

O turismo é, certamente, um dos grandes fomentadores da valorização patrimonial. É um nicho de mercado bastante explorado pela indústria cultural e, neste sentido, demanda desta a realização de contínuos investimentos nos locais onde se desenvolve a fim de que sejam cada vez mais atrativos perante seus visitantes. É precipitado, porém, rotulá-lo *a priori* como prejudicial à preservação, devendo-se reconhecer que

O papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, hoje, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico e social. Assim, pesquisar sobre a preservação cultural e compreendê-la implica em (sic) desvendar não somente as características culturais, mas, sobretudo, em avaliar possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos possuidores de acervo cultural. (SIMÃO, 2006, p. 17).

Entre essas últimas está, pois, a atividade turística, que, como ponderam alguns autores, "pode funcionar como motivadora da manutenção da identidade local" colocando-se "como uma das grandes alternativas econômicas atuais para os núcleos urbanos preservados." (SIMÃO, 2006, p. 18). É necessário, para tanto, que a exploração da atividade turística atenda a três requisitos básicos do ramo, a saber: "a satisfação das necessidades do turista, os benefícios que traz à população residente e a preservação do patrimônio cultural e ambiental." (RODRIGUES, 1996 apud SIMÃO, 2006, p. 19). Ocorre, porém, que em muitos casos essa exploração é feita sem o planejamento adequado, desconsiderando questões como capacidade de carga e gestão dos sítios, fornecimento de infraestrutura e a inclusão de todos os atores sociais no processo, comprometendo assim seus potenciais benefícios.

Vinculado atualmente ao incremento da atividade turística em cidades "históricas" pode-se encontrar o chamado *city marketing* ou marketing urbano, tipo de planejamento estratégico surgido aproximadamente na década de 1980 com foco na atração de capital para a promoção de desenvolvimento local por intermédio do turismo ou da industrialização. Não raro, entretanto, nota-se que favorece processos ligados à especulação imobiliária e, uma vez associado à indústria cultural, contribui com a conversão do patrimônio em um tipo de mercadoria propícia a estimular, por sua vez, o consumo de determinado lugar. Representa, assim, uma nova estratégia do capital que visa continuamente ampliar seus meios de reprodução e acumulação.

As mercadorias e os objetos mudaram de sentido, posto que, em vez de designar uma coisa simples, articulada com o universo da necessidade imediata, criam-se cada vez mais mercadorias que são estratégias e políticas, como no caso específico do espaço. (CARLOS, 2005 apud JÚNIOR, 2010, p. 90).

A partir daí, ao patrimônio inserido ou coincidente com este espaço são, então, impostas novas configurações.

2.4 Os dramas da valorização patrimonial: o caso de Tiradentes, em Minas Gerais

Começa-se a verificar o surgimento dos efeitos negativos da atuação da indústria cultural sobre os núcleos antigos à medida que seu território, posto sob valorização, passa a reservar-se a usos afins ao interesse de determinados grupos e, com isso, a representar espacialmente, nos termos do sociólogo Pierre Bourdieu, "campos" específicos pertencentes a indivíduos com "*habitus*" específicos. A definição dos campos compreende "um segmento do social, cujos agentes, indivíduos e grupos têm disposições específicas, a que ele denomina *habitus*" (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31); enquanto este último consiste no modo dos indivíduos perceberem, interpretarem e lidarem com a realidade à sua volta. Para Bourdieu, "todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui

o campo", sendo ambos, deste modo, simultaneamente estruturados e estruturantes (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 36).

Transpondo estes conceitos para a prática, tome-se, por exemplo, os costumes de determinado grupo social que habita uma área nobre qualquer, à qual camadas sociais de menor renda não têm acesso - entendido aqui como a possibilidade de se colocar plenamente em um lugar e fruí-lo. O *habitus* desse primeiro grupo caracteriza-se por formas semelhantes de morar, de se vestir, de conversar, de consumir a cultura, etc., e é outro o *habitus* de moradores de zonas periféricas, definindo-se, a partir daí, um meio de diferenciação entre os dois grupos que contribui para reforçar a separação entre seus respectivos campos.

Nos núcleos antigos valorizados, pode-se notar algo semelhante. À frente da indústria cultural e, logo, de práticas voltadas à valorização patrimonial, encontram-se classes dominantes que normalmente optam pela espetacularização dos cenários urbanos tendo em vista sua utilidade na construção e venda da "imagem da cidade". E este tipo de ação, que normalmente se soma a práticas de especulação, termina por gerar interferências na organização do espaço, no uso do solo, na dinâmica urbana e, não raro, pode conduzir também a processos de gentrificação.

Em análise sobre o *city marketing*, Júnior (2010, p. 91) menciona que "o processo de comercialização do 'espaço/mercadoria' produz e reproduz a sociedade, produzindo [...] 'simulacros no espaço', que são consumidos através do turismo e do lazer." E isto permite entender porque a indústria cultural, a fim de agradar e atrair seus consumidores preferenciais, tende à conversão de edificações presentes nos núcleos antigos em lojas de grifes, em restaurantes *gourmet*, em lojas de *souvenirs*, à transformação de conjuntos urbanos em corredores culturais a serem percorridos por uma dita "elite cultural"; ao mesmo tempo que expulsa os moradores locais para zonas periféricas devido à elevação do custo de vida e à estranheza causada pela nova configuração do espaço e da vizinhança. É quando aparecem, então, os novos residentes, que para além de seu elevado poder aquisitivo não possuem os mesmos vínculos identitários com o patrimônio local - isto, aliás, nos casos em que o uso residencial não é reduzido drasticamente ou até mesmo suprimido em detrimento da ocupação dos imóveis pelos usos comercial e de serviços voltados ao atendimento prioritário da demanda turística.

Verificado no Brasil e no mundo, esse tratamento destinado aos núcleos antigos conduz ainda a uma tendência de standardização na qual as intervenções são cada vez mais semelhantes entre si: a inserção de mobiliário urbano com características pitorescas, a criação de pastiches arquitetônicos para manter uma certa homogeneidade da paisagem urbana e aquela mesma "imagem da cidade", a destinação de imóveis a determinados tipos de uso - museus, centros culturais, galerias, lojas e restaurantes caros, etc., e sua consequente apropriação por grupos específicos. Deste modo,

[...] em vez de contribuir para preservar as diferenças locais e conter a banalização primária do meio onde se vive, como esperavam os redatores da Recomendação de Nairobi, a valorização dos centros antigos tende paradoxalmente a tornar-se

instrumento de uma banalização secundária. Algumas cidades, assim como alguns bairros, resistem a isso, apoiados por sua dimensão, sua morfologia, suas atividades, pela força de suas tradições, pela simples riqueza que possuem ou pela sabedoria de suas autoridades. Outras começam a se assemelhar tanto entre si que os turistas e empresas multinacionais nelas se sentem em casa. (CHOAY, 2001, p. 226-227).

Chega-se, então, a duas constatações. A primeira refere-se a uma contradição na lógica de padronização industrial aplicada aos núcleos antigos destinados ao consumo cultural. Não há necessariamente, ao contrário do que se vê na indústria, a padronização voltada às massas, mas ao gosto e ao consumo de grupos seletos, dotados de determinado *habitus*. A outra, na qual se vê um dos efeitos mais negativos sobre o sentido do patrimônio, leva ao entendimento de que esta valorização financeira dos lugares e sua estandardização conduz à criação de "espaços destituídos de significado, com apropriação volátil: as visitas turísticas." (MADUREIRA, 2011, p. 90). Obviamente, a partir do momento em que os bens patrimoniais tornam-se objeto de consumo e torna-se cada vez mais esmaecida a sua relação com o cotidiano coletivo, torna-se outra a relação dos usuários com eles. Tornam-se outros os usuários, inclusive.

Tiradentes, em Minas Gerais, cujo conjunto arquitetônico e urbanístico de origem setecentista deteve o tombamento pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, é um bom exemplo de sítio no qual se notam alguns efeitos negativos da valorização, sobretudo a partir do turismo e do *city marketing* impulsionados pela ação da indústria cultural. A cidade é hoje um dos principais destinos turísticos do Estado e alcançou tal posição especialmente durante as três últimas décadas, sem dispor, contudo, de planejamento turístico devidamente estruturado como atesta o relatório elaborado em 2015 pelo Ministério do Turismo sobre o índice de competitividade da cidade no setor (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). Até os anos 1970, seu cotidiano era bastante pacato: o ritmo de vida de seus habitantes seguia tranquilo e a presença de visitantes era tímida e esporádica (MADUREIRA, 2011, p. 92). Foi dali em diante que começaram a surgir os "ETs", ou "extra-tiradentinos", assim chamados pelos moradores nativos.

Os ETs vieram de várias partes, principalmente das capitais mais próximas: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo os relatos de tiradentinos, eram pessoas adultas (maioria entre 35 e 65) com boas condições financeiras e alta escolaridade. Algumas foram atraídas pela tranquilidade e beleza da cidade (as que buscavam lazer e compraram sua segunda residência), outras pelo potencial de desenvolvimento do turismo (aquelas que investiram em empreendimentos), mas a maior parte buscava as duas coisas simultaneamente.

Dentre os novos moradores estavam artistas plásticos e artesãos (o que deu nova cara e impulso ao artesanato tiradentino [...]), empreendedores (responsáveis pela abertura de lojas, restaurantes e hotéis) e o diretor da Globo Yves Alves (1929-1996) - o principal responsável pela inserção da cidade na mídia. (MADUREIRA, 2011, p. 92-93).

A divulgação midiática das características pitorescas do município e da oferta de estabelecimentos criados para o atendimento do turista em busca de lazer e cultura foi a responsável pelo seu *boom* e, conseqüentemente, por transformações em vários aspectos da dinâmica local. Citando um exemplo, em relatório da Fundação João Pinheiro (FJP) divulgado em 1977, o artesanato em prata figurava como atividade principal (p. 89), enquanto hoje esta corresponde exatamente ao turismo (BOLSON, FERREIRA e VIEIRA FILHO, 2006, p. 35), estimulado não somente pelo seu patrimônio edificado e natural, mas também pela criação de eventos de grande projeção como a Mostra de Cinema e o Festival de Gastronomia. A própria FJP, que àquela época também havia se dedicado à elaboração de um plano para o desenvolvimento tiradentino, admitia a "necessidade de se apoiar a função turismo desempenhada pela cidade, função esta decorrente de sua representatividade histórica e valor artístico, traduzida espacialmente pela estrutura urbana e a paisagem/cenário envolvente." (FJP, 1980, p. 1).

O trabalho da instituição, estendido a outros municípios vizinhos como São João del-Rei, demonstrava assim o reconhecimento do turismo como um potencial promotor de desenvolvimento local e regional, mas também a percepção de que, para que isto ocorresse, seria necessário dispor do planejamento adequado - o que a nível municipal àquele tempo não houve e atualmente permanece inexistente:

Foi perguntado aos entrevistados se existe o hábito de se planejar o município de Tiradentes, e a resposta negativa foi unânime: "Não, não há secretaria de planejamento aqui". "Não, não há plano estratégico nem plano diretor. É difícil se planejar pois não temos técnicos qualificados." "Não há plano municipal de turismo. Falta visão." (BOLSON, FERREIRA e VIEIRA FILHO, 2006, p. 37).

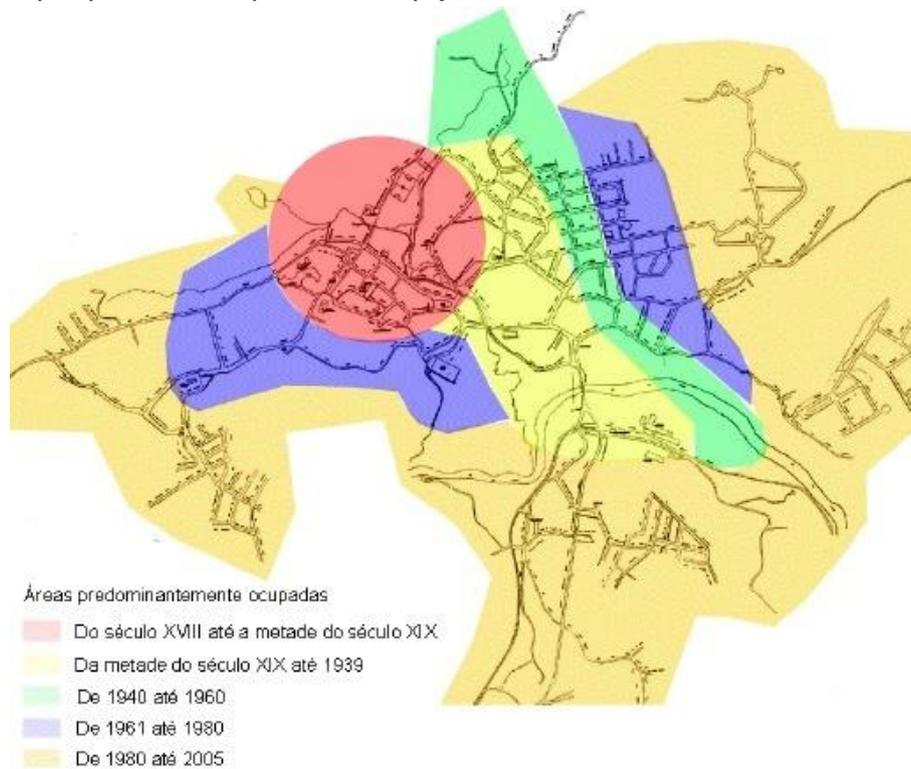
Mas, deve-se reconhecer que o *city marketing* aplicado à cidade somente foi possibilitado pela associação entre o setor privado e o poder público num arranjo de forças para "vender a cidade", configurando um processo segundo o qual

Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. [...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado de objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se a razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas olham, vêem (sic), falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. (LEFEBVRE, 1996, apud MADUREIRA, 2011, p. 100).

Nota-se que há, então, uma questão relativa ao atendimento de interesses específicos e a criação desse "lugar-mercadoria", voltado ao consumo de alguns, fez com que Tiradentes, que

não dispunha, como visto, da prática do planejamento e àquela época assistia ao expressivo aumento de sua população urbana, sofresse a expulsão da população originalmente residente no núcleo antigo para zonas periféricas, expandindo a ocupação no entorno da área protegida (figuras 1 a 3).

Figura 1: Mapa representativo do processo de ocupação do território tiradentino desde o século XVIII até 2005



Fonte: CAMPOS, 2006.

Figura 2: Vista parcial da Rua Padre Gaspar, nas imediações do núcleo protegido, em área próxima à Igreja da Santíssima Trindade



Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

Figura 3: Vista de parte do núcleo protegido e seu entorno a partir do morro da Igreja de São Francisco de Paula. Em destaque algumas novas construções despontando na paisagem



Fonte: ACERVO PESSOAL, 2019.

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, antigo SPHAN) conseguiu conter, de certo modo, a ocorrência de danos maiores à ambiência e à paisagem do sítio, que hoje se veem ameaçadas também pelo crescente número de condomínios nas imediações do núcleo protegido. E é preciso destacar que, não bastassem as dificuldades do órgão em gerir todas as edificações, dado o limitado número de técnicos para atender às demandas que se apresentam, a ausência de um plano diretor é outro fator a contribuir com a ocorrência de descaracterizações diversas.

Retomando a questão do crescimento populacional da cidade, segundo o já citado relatório de 1977 da FJP, até fins de 1960 verificava-se a ocorrência de muitas migrações para outras regiões fora do Estado que faziam com que o crescimento populacional não sofresse saltos expressivos entre um levantamento censitário e outro até aquela data. A partir de 1970, no entanto, com a

dinamização da economia mineira, a população urbana tiradentina passou de 1.467 para 4.081 pessoas, boa parte proveniente do campo que, por sua vez, via sua população passar de 3.196 pessoas em 1960 para 1.437 em 1970 (FJP, 1977, p. 42-43). Essa dinamização, no caso de Tiradentes, também ligava-se de modo especial ao despontar gradativo da atividade turística como ramo de negócio (CAMPOS, 2006, p. 113).

O mercado de trabalho neste mesmo ramo em meados da década passada repartia-se entre "pousadas (3.000 leitos), comércio em geral (96 estabelecimentos), restaurantes (52), fabricação e comercialização de móveis rústicos, artesanato, charretes para passageiros turísticos, táxis (48 taxistas), etc." (BOLSON, FERREIRA e VIEIRA FILHO, 2006, p. 35). E em 2010, no último levantamento censitário, do total de seus já 6.961 habitantes contabilizava-se um percentual de ocupação de 32,4% e renda média de 1,5 salário mínimo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Sendo esta uma boa média em comparação com outros municípios do Estado, e que contribui com uma percepção de relativa melhoria na qualidade de vida através da geração de empregos ligados ao turismo, é preciso atentar, no entanto, para o fato de que não reflete exatamente a realidade da população nativa, uma vez que os estabelecimentos localizados nas melhores áreas pertencem a imigrantes e

Por seu turno, a população local, não podendo ser proprietária de equipamentos ou serviços de apoio turístico e com baixa qualificação, emprega-se em atividades de baixa remuneração e com longas jornadas de trabalho, em especial na temporada dos eventos. São criados, com frequência, subempregos para a população local. Muitos são empregados dos "forasteiros" ou ocupam atividades não registradas, mas que atendem à demanda turística, como, por exemplo, charreteiros, vendedores de picolé e de pipoca, guias de turismo não registrados, etc. (CAMPOS, 2006, p. 133).

Além disso, com o tempo também notou-se o aumento de problemas vinculados ao consumo de drogas, alcoolismo, criminalidade e até mesmo prostituição (BOLSON, FERREIRA e VIEIRA FILHO, 2006, p. 33), aos quais vem se somar um quadro de redução do número das famílias oriundas do município, pois segundo informações coletadas por Campos (2006, p. 156),

[...] há hoje menos de 20 famílias originais de Tiradentes na cidade. [...] Mineiros, paulistas e fluminenses compõem os grupos que mais aportaram em Tiradentes que, com seu requinte e "ares" de cultura, atraiu intelectuais, artistas plásticos, etc., mudando não somente o perfil demográfico da cidade, mas também suas características sócio-culturais (sic).

Com isso, tem-se como consequência o enfraquecimento das manifestações culturais constituintes do patrimônio imaterial local, seja no que diz respeito à sua realização, seja em seu significado e representatividade:

As manifestações culturais e religiosas se mantiveram, mas o fervor vem sendo apagado. Tais manifestações estão se tornando um teatro para a contemplação dos turistas. As pessoas perderam suas tradições porque se preocupam em atender ao

turista, trabalham nos finais de semana e não fazem nem participam mais dessas festas tradicionais como o congado, folia de reis, festa de Santo Antônio, etc. (BOLSON, FERREIRA e VIEIRA FILHO, 2006, p. 36).

Este panorama ratifica, portanto, a validade dos questionamentos acerca da plena pertinência desse tipo de valorização. Sob seus moldes, o patrimônio torna-se, afinal, patrimônio de quem e para quem?

2.5 Outras abordagens: a conservação integrada sustentável

Algumas das principais críticas dirigidas a esse cenário centram-se na observação de que

Para preservar o patrimônio histórico, dentro do modelo econômico capitalista, muitas vezes é necessário suprimir usos e população e inserir novos usos e público economicamente mais valorizados. Com isso desvinculam-se modos de vida e forma urbana: o chamado patrimônio histórico é esvaziado de sua urbanidade e reapropriado por atividades como shopping centers, lojas, centros culturais, museus e habitações de melhor padrão econômico. (MOREIRA, 2004 apud MADUREIRA, 2011, p. 127).

Obviamente, é necessário reconhecer, deixando à parte qualquer ingenuidade ou pensamento utópico, que a presença do capital privado é importante para prevenir ou interromper processos de degradação que ocorreriam caso os núcleos antigos fossem deixados à própria sorte, dependentes de recursos do poder público ou das condições da comunidade local. Deve-se reconhecer também que pode haver a necessidade da presença de pessoas externas a essa comunidade, com determinado tipo de capacitação, para orientar a elaboração de políticas de preservação e gestão daqueles mesmos núcleos. Precisam ser observadas, todavia, algumas orientações.

Como bem colocam Queiroz e Portela (2009, p. 194), "a noção de Centro Histórico implica a noção de um Patrimônio comum" e, deste modo, "o interesse público deve sobrepor-se ao interesse privado (seja ele qual for)." Neste contexto, a chamada "Conservação Urbana e Territorial Integrada" desponta como uma alternativa mais adequada aos antigos núcleos à medida que preocupa-se com a

[...] conservação dos aspectos físicos e espaciais em articulação com o desenvolvimento e transformação da cidade, buscando um desenvolvimento sustentado através da transformação dos valores culturais da cidade em recursos que adicionem mais-valia a todas as dimensões do processo de desenvolvimento (econômico, político, social, cultural, ambiental e paisagístico). (QUEIROZ e PORTELA, 2009, p. 13).

Para tanto parte, por exemplo, do princípio da não exclusão dos habitantes locais de condição econômica inferior para zonas periféricas através da realização de investimentos em edificações

dos núcleos antigos para sua adequação à habitação social, ao abrigo de escolas públicas, etc., respeitando-se a capacidade de carga dos imóveis. Busca, assim, evitar também o surgimento de problemas como dificuldades de mobilidade e acesso a serviços presentes nas zonas centrais, ruptura de vínculos, queda na qualidade de vida, etc.. Nas obras de reforma e restauro, preconiza a utilização de mão-de-obra local como uma das estratégias de geração de emprego e capacitação, ou mesmo de manutenção de saberes, já que geralmente encontram-se nessas comunidades profissionais que são bons conhecedores de técnicas tradicionais.

Para que isso se viabilize, entretanto, é imprescindível que o poder público se comprometa a regular questões atinentes aos temas da preservação e gestão do patrimônio, uso do solo e especulação. Deve buscar ao menos mitigar os efeitos indesejados gerados aos sítios pela exploração "predatória" de seu patrimônio, desdobrados em prejuízos à sua dinâmica e à vida das comunidades locais, tendo em vista que, para além do valor de troca, "a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso." (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de apropriação da arte e da cultura pela indústria cultural, assim como a conversão da cidade e dos núcleos antigos em mercadoria, ratificam a presença dominante da lógica capitalista na vida contemporânea, a qual aparentemente vem fazendo com que a cidade, como aponta Lefebvre, perca gradativamente seu caráter de obra, diretamente relacionado a seu valor de uso.

Neste contexto, torna-se necessária a busca pela retomada da participação coletiva no processo de produção da cidade, além da promoção de um planejamento urbano efetivamente sustentável e integrado a políticas adequadas para os núcleos antigos, capazes de impedir sua desmedida valorização e processos como a gentrificação, que geram impactos sobre todo o território. É preciso, como diz Holloway (2013), provocar "fissuras" no sistema e o sentido do patrimônio enquanto bem coletivo pode constituir um ponto de partida, já que "os bens comuns podem ser vistos como a forma embrionária de uma nova sociedade: 'se a forma-célula do capitalismo é a mercadoria, a forma celular de uma sociedade para além do capital é o bem comum'." (HOLLOWAY, 2013, p. 31).

O campo patrimonial necessita, então, reunir esforços em torno desta extensa e difícil tarefa tendo, por um lado, as boas perspectivas oferecidas pela Conservação Integrada e sabendo, por outro, que as atuais fragilidades nas políticas de proteção e gestão dos sítios - tanto dos órgãos de preservação quanto das administrações municipais - contribuem em grande medida para o contínuo aumento da dimensão do problema: afinal, Tiradentes é um dentre os vários sítios no Brasil e no mundo que hoje sofrem os efeitos indesejados do processo de valorização patrimonial em seu sentido financeiro. Gostaríamos de ressaltar, porém, que embora tais fragilidades participem do processo, é mister reconhecer que esta "crise" é de caráter um tanto

mais profundo, pertencente aos domínios da própria ética. Há, portanto, ainda muito trabalho a realizar, ainda um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 1955. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/DIATAT>>. Acesso em: abr. 2019.

BOLSON, J.; FERREIRA, M. A. T.; VIEIRA FILHO, N. A. Q. **Os impactos do turismo em Tiradentes**: uma análise da percepção do setor público local. Reuna, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 29-40, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/127>>. Acesso em: abr. 2019.

CAMPOS, Helcio Ribeiro. **Transformações urbanas recentes em Tiradentes - MG: anos 80 e 90 do século XX**. 2006, 183 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. Ed. Unesp: São Paulo, 2001.
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Micro Região dos Campos das Vertentes**: estudo preliminar e diretrizes de desenvolvimento. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1977, v. 1. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=49017>>. Acesso em: abr. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Circuito do Ouro Campos das Vertentes**: plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980. 7 v.. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=48887>>. Acesso em: abr. 2019.

HOLLOWAY, J. Fissuras: a antipolítica da dignidade. In: **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tiradentes**: panorama. [Censo de] 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/panorama>>. Acesso em: abr. 2019.

JÚNIOR, Atilio Marchesini. O modelo estratégico de "city marketing" e suas escalas de atuação. **Espaço em Revista**, Goiás, vol. 12, nº 2, p. 84-101, jul/dez. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MADUREIRA, Mariana Alves. **A construção do Largo das Forras como patrimônio**. 2011, 149 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Índice de competitividade do turismo nacional**: Tiradentes. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Tiradentes_RA_2015.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida. **Conservação urbana e territorial integrada: reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2006.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, n.40, v.1, p. 27-55, Jan./Fev. 2006.